

Magistratura Santa Catarina Concurso 2003

Prova Preambular (1ª Fase)

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

1ª Questão: Questões fronteiriças entre dois países tem gerado constantes desentendimento entre eles e preocupado o mundo, principalmente pela possibilidade de um conflito nuclear. Estes países são:

- a) China e Japão
- b) Indonésia e Grécia
- c) Israel e Síria
- d) Iraque e Estados Unidos
- e) Índia e Paquistão

2ª Questão: Um dos políticos a seguir relacionados não é, atualmente, dirigente de seu país:

- a) Tony Blair
- b) José Maria Aznar
- c) Felipe Gonzáles
- d) Vicente Fox
- e) Hosni Mubarak

3ª Questão: País membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN e vizinho do Iraque:

- a) Irã

- b) Turquia
- c) Kuwait
- d) Egito
- e) Israel

4ª Questão: Retirou recentemente sua adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares:

- a) Iraque
- b) China
- c) Coréia do Norte
- d) Japão
- e) Estados Unidos

5ª Questão: O município de São João Batista destaca-se pela indústria de:

- a) Cerâmica
- b) Calçados
- c) Tecidos
- d) Pesca
- e) Produtos suínos

6ª Questão: Destacam-se, respectivamente, na economia catarinense, pela indústria cerâmica e pela indústria moveleira:

- a) Joinville e Blumenau
- b) São Joaquim e São Miguel do Oeste
- c) Chapecó e Palhoça
- d) Criciúma e São Bento do Sul
- e) Tubarão e Timbó

7ª Questão: Uma das seguintes cidades não possui estação de águas termais em seu território:

- a) Santo Amaro da Imperatriz
- b) Piratuba
- c) Gravatal
- d) Tubarão
- e) Jaraguá do Sul

8ª Questão: Cidade considerada berço da fiação catarinense:

- a) Brusque
- b) Mafra
- c) Canoinhas
- d) Rio do Sul
- e) Xanxerê

9ª Questão: É o ponto mais alto de Santa Catarina:

- a) morro do Funil (Taió)
- b) morro da Boa Vista (Bom Retiro e Urubici)
- c) morro da Pedra Branca (Lages)
- d) morro do Cambirela (Palhoça)
- e) morro da Igreja (Bom Jardim da Serra e Urubici)

10ª Questão: A área do território catarinense, em números redondos, é:

- a) 95.300 km²
- b) 105.000 km²
- c) 90.700 km²
- d) 88.100 km²
- e) 103.400 km²

11ª Questão: Estabeleça a relação **correta** entre os seguintes rios e municípios catarinenses:

- a) rio Negro – Florianópolis
- b) rio Cará – Tubarão
- c) rio Cubatão – Maravilha
- d) rio da Madre – Trombudo Central
- e) rio do Peixe – Joaçaba

12ª Questão: Localiza-se numa ilha a cidade de:

- a) Imaruí
- b) Salto Veloso
- c) Irineópolis
- d) São Francisco do Sul
- e) Imbituba

13ª Questão: Assinalar o nome do catarinense, nascido em Itajaí, em 1945, que foi governador do Estado do Paraná, na década de 1990.

- a) Álvaro Dias
- b) Ney Braga
- c) Jaime Lerner
- d) Mário Pereira
- e) Roberto Requião

14ª Questão: A palavra “armação”, presente na denominação de algumas antigas localidades do litoral catarinense, está historicamente associada a:

- a) pesca da baleia
- b) construção naval
- c) cobrança de dízimos sobre a pesca
- d) orientação da navegação (faróis)
- e) postos de abastecimento de navios (água e víveres)

15ª Questão: Instalado em 1º de outubro de 1891, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina o foi com a denominação de:

- a) Tribunal de Apelação
- b) Tribunal da Relação
- c) Supremo Tribunal de Apelação
- d) Superior Tribunal de Recursos
- e) Superior Tribunal de Justiça

16ª Questão: 23 de março é feriado municipal em Florianópolis. Nesta data, no ano de 1726, a futura Capital de Santa Catarina, antiga Desterro, emancipou-se administrativamente. Até então pertencia a:

- a) São José
- b) São Miguel
- c) Laguna
- d) São Francisco do Sul
- e) Lages

17ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

O centenário e hoje ainda muito atuante, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, foi fundado em 1894 por:

- a) Henrique da Silva Fontes
- b) Arthur Boiteux
- c) Nereu Ramos
- d) Hercílio Luz
- e) Othon Gama D'Eça

18ª Questão: Sua obra de ficcionista tem como tema principal a colonização açoriana. É ele:

- a) Almiro Caldeira
- b) Virgílio Várzea
- c) Licurgo Costa
- d) Barreiros Filho
- e) Mâncio Costa

19ª Questão: Tito Carvalho é considerado o maior escritor regionalista catarinense. É autor de:

- a) Homens e algas
- b) Bulha d'Arroio
- c) Terra catarinense
- d) A ilha
- e) Ao encontro da manhã

20ª Questão: Médico, não era catarinense, mas foi aqui que realizou sua obra literária. Residiu primeiro em São Francisco do Sul e depois em Florianópolis, onde faleceu. Escreveu sobre Proust. O título de um de seus livros é "A sonda uretral". Pertenceu à Academia Catarinense de Letras.

- a) Holdemar de Menezes
- b) Polidoro Ernani de S. Thiago
- c) Arthur Pereira e Oliveira
- d) Luiz Gualberto
- e) Carlos Corrêa

PROVA DE DIREITO

21ª Questão: A Constituição Federal assegura aos presos o respeito à integridade física e moral, além de declarar expressamente que ninguém poderá ser submetido à tortura ou a tratamento desumano ou degradante. Para dotar estas normas de eficácia, além de cominação de penas, a Carta Política preordena várias garantias penais apropriadas, dentre as quais podemos citar:

- a) a obrigação da autoridade policial de informar ao preso seus direitos, inclusive o de permanecer calado.
- b) o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, garantindo, entretanto, o anonimato aos responsáveis pelo interrogatório.
- c) não ser levado à prisão ou nela mantido, desde que a lei admita a liberdade provisória sem fiança, apenas.
- d) a comunicação da prisão à autoridade competente e à família ou pessoa indicada pelo preso, podendo o local onde se encontre ser mantido em sigilo.
- e) nenhuma das alternativas é correta.

22ª Questão: De acordo com a Constituição Federal vigente, são considerados bens da União:

- a) as ilhas fluviais e lacustres que não se encontrem situadas nas zonas limites com outros países.
- b) o mar territorial e os terrenos de marinha, excluídos os acrescidos deste último.
- c) os recursos minerais, inclusive do subsolo, e os potenciais de energia elétrica.
- d) os lagos, rios e quaisquer correntes que não sirvam de limites com outros países.
- e) nenhuma das alternativas é correta.

23ª Questão: A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, O Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos. A respeito da competência atribuída pela Carta Constitucional a cada um deles, é **correto** afirmar que:

- a) legislar sobre serviço postal não é privativo da União.
- b) os estados, devidamente autorizados por Lei Complementar, poderão legislar sobre matérias inseridas na competência privativa da União Federal.
- c) é competência privativa dos Estados proteger o meio ambiente.

- d) proporcionar os meios de acesso à cultura insere-se na competência comum apenas à União e aos Estados.
- e) nenhuma das alternativas é correta.

24ª Questão: A Constituição Federal assegura aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a autonomia como princípio básico da forma de Estado adotada. Sendo a intervenção, a antítese da autonomia, a regra constitucional estabelece, prioritariamente, o princípio da não-intervenção, que, entretanto, pode ser excepcionado em alguns casos. Sobre isto, é **correto** afirmar:

- a) o Estado poderá intervir em Município quando o Tribunal de Justiça prover representação que vise assegurar a execução de ordem ou decisão judicial.
- b) a União poderá intervir nos Estados, para garantir o livre exercício de qualquer dos poderes, independentemente de solicitação do Poder coacto ou impedido, ou de representação do Supremo Tribunal Federal.
- c) o decreto de intervenção especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução, devendo ser submetido à apreciação do Congresso Nacional ou Assembléia Legislativa no prazo de 5 (cinco) dias, salvo em caso de urgência comprovada.
- d) cessado os motivos da intervenção, as autoridades afastadas voltarão aos seus respectivos cargos, mesmo que verificados impedimentos legais.
- e) nenhuma das alternativas é correta.

25ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Ao tratar das funções essenciais à Justiça, estabelece a Constituição Federal, com relação ao Ministério Público, que:

- a) incumbe-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.
- b) a independência funcional é um dos seus princípios institucionais.
- c) a elaboração de sua proposta orçamentária está excluída dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- d) uma de suas funções institucionais, é exercer o controle interno da atividade policial.
- e) nenhuma das alternativas é correta.

26ª Questão: Em se tratando da ordem econômica e financeira, estabelecida na Constituição Federal, é **correto** afirmar:

- a) a partir de 1988, a exploração direta de atividades econômicas pelo Estado é permitida apenas quando indispensável aos imperativos de segurança nacional.

- b) as empresas públicas gozam de benefícios fiscais que não se estendem ao setor privado.
- c) como agente regulador da atividade econômica, o Estado exercerá as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, de forma determinante, tanto para o setor público, como privado.
- d) a importação e exportação de produtos dos derivados básicos resultante da refinação de petróleo é monopólio da União.
- e) nenhuma das alternativas é correta.

27ª Questão: A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Com base nisto, a Constituição Federal estabelece que o ensino será ministrado de acordo com determinados princípios, dentre os quais é **correto** citar:

- a) garantia de padrão de qualidade, e gestão democrática do ensino.
- b) igualdade de condições para o acesso à escola, devendo a permanência, ou não, ser avaliada conforme o rendimento individual.
- c) coexistência de instituições públicas e privadas, com unificação das concepções pedagógicas.
- d) valorização dos profissionais de ensino, e planos de carreira para o magistério público com piso salarial equivalente ao do setor privado.
- e) nenhuma das alternativas é correta.

28ª Questão: Sob o prisma do Código Civil em vigor, assinale, no referente ao tema INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (art. 166), a alternativa **INCORRETA**:

- a) O fato de ser indeterminável o seu objeto anula o negócio jurídico.
- b) É nulo o negócio jurídico quando a lei proíbe-lhe a prática, sem cominação de sanção.
- c) É nulo o negócio jurídico quando tiver ele por objetivo fraudar lei imperativa.
- d) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação.
- e) O negócio jurídico nulo não convalesce pelo decurso do tempo.

29ª Questão: É **correto** afirmar-se que, de acordo com o Código Civil atualmente em vigor:

- a) Comete ato ilícito aquele que, mesmo atuando com omissão, não causa danos de qualquer espécie a outrem.
- b) Comete ato ilícito aquele que causa danos a outrem, ainda que não tenha havido, de sua parte, ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência.

- c) Comete ato ilícito aquele que, ao exercer um direito do qual é titular, excede manifestamente os limites impostos pelo fim social desse direito.
- d) Não comete ato ilícito aquele que, ao exercer um direito do qual é titular, excede os limites da boa-fé.
- e) Todas as alternativas são incorretas.

30ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- b) A prescrição só pode ser alegada, pela parte a quem aproveita, antes de ser proferida sentença de mérito na ação em que deve ser ela argüida.
- c) O protesto cambial não interrompe a prescrição.
- d) A prescrição só pode ser alegada pelo próprio titular do direito em via de ser por ela atingido.
- e) Todas as alternativas são incorretas.

31ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) As prestações relativas a imóveis serão pagas, sempre, no lugar previsto contratualmente para o pagamento, ainda que diverso do local de situação do bem.
- b) Mesmo que ocorra motivo grave, o devedor não poderá efetuar o pagamento em lugar diverso do previsto contratualmente, ainda que não decorra prejuízo para o credor.
- c) O pagamento reiteradamente feito em outro local, faz presumir a renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- d) O pagamento será feito sempre no domicílio do devedor, não podendo as partes convencionar local diverso para o cumprimento da obrigação.
- e) Todas as alternativas são incorretas.

32ª Questão: Nos contratos de compra e venda, assinale, dentre as respostas abaixo, a única alternativa **correta**:

- a) É condição de validade do contrato a fixação de preço certo no próprio instrumento contratual.
- b) A fixação de preço não pode ser feita em função de índices e parâmetros, ainda que suscetíveis de objetiva determinação.
- c) O preço corrente nas vendas habituais do vendedor é critério válido de atribuição do preço, quando a venda foi feita sem fixação do preço ou de critérios válidos para a sua determinação e não houver tabelamento oficial para o objeto do contrato.
- d) Todas as alternativas são corretas.

e) Nenhuma das alternativa é correta.

33ª Questão: No que se refere aos contratos de SEGURO, assinale a alternativa **correta**:

- a) No seguro de pessoas, a apólice ou bilhete podem ser ao portador.
- b) Os agentes autorizados do segurador, presumem-se seus representantes para todos os atos relativos aos contratos que agenciarem.
- c) No seguro de responsabilidade civil, o segurador não garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado a terceiros.
- d) A instituição de companheiro como beneficiário não é válida, se o segurado era apenas separado de fato na época da instituição.
- e) É válida a cláusula que exclui o pagamento por suicídio, a qualquer tempo, do segurado.

34ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição, passível de multa não superior a 20% do valor da causa, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, a desobediência ou a resistência às sentenças mandamentais.
- b) Na hipótese anterior, não sendo paga no prazo estabelecido, contado do trânsito em julgado da decisão final da causa, a multa será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado.
- c) É possível deferir-se a tutela antecipada em relação à parcela ou parcelas do pedido que estejam apoiadas em fatos incontroversos, dispensado nesse caso o requisito da urgência.
- d) Não se aplica o princípio da fungibilidade às medidas antecipatórias de tutela, quando a esse título o autor requerer providência de natureza cautelar.
- e) Para que as medidas antecipatórias tenham efetividade poderá o autor promover, no que couber e conforme a natureza da tutela deferida, a execução provisória (art. 588) ou, ainda a execução de obrigação de fazer ou de não fazer (art. 461, §§ 4º e 5º).

35ª Questão: Examine as seguintes proposições e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Reformada a sentença terminativa, o tribunal poderá desde logo julgar a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.
- b) A audiência preliminar somente será realizada em causas versando direitos disponíveis.

- c) O juiz poderá desde logo sanear o processo e ordenar a produção da prova se o direito em litígio não admitir transação, ou se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável sua obtenção.
- d) Submete-se ao duplo grau de jurisdição a sentença que anula o casamento.
- e) Descabe a devolução oficial ou a remessa de ofício das sentenças de procedência de embargos do devedor na execução de dívida ativa não excedente a sessenta salários mínimos.

36ª Questão: Examine as seguintes proposições e aponte a alternativa **INCORRETA**:

- a) Em face do princípio da eventualidade, uma vez apresentada a contestação, não é dada ao réu a possibilidade de contestar novamente ou de completar ou aditar a já apresentada.
- b) A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas. Todavia, o réu não precisará contestar para poder reconvir.
- c) O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público. Podem, por isso mesmo, contestar por negação geral.
- d) Só a incompetência absoluta pode ser argüida em preliminar de contestação. A incompetência relativa deve ser argüida por meio de exceção, sob pena de preclusão, prorrogando-se a competência.
- e) A autoridade judiciária dispõe de poder para, em agindo de ofício, substituir, em sede de mandado de segurança, o órgão apontado como coator pelo impetrante. Nesse contexto, o juiz tem competência para ordenar a mutação subjetiva no pólo passivo da relação processual.

37ª Questão: Examine as seguintes proposições, e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É vedada ao juiz a decretação de ofício da incompetência relativa.
- b) A sentença que pronuncia a decadência ou a prescrição é definitiva.
- c) É terminativa a sentença que extingue o processo quando o autor renuncia ao direito sobre que se funda a ação.
- d) A lei processual confere o benefício da prioridade de todos os atos e diligências, em qualquer instância, em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 65 anos.
- e) É passível de retratação a decisão que indefere a inicial, quando o autor interpor recurso de apelação.

38ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As diligências requeridas pelo Ministério Público são pagas a final pelo vencido, mas adiantadas pelo autor da ação.
- b) A falta de intervenção do Ministério Público nas causas em que sua intervenção for obrigatória enseja a nulidade do processo, e será declarada ainda que ausente prejuízo ao interesse público.
- c) A intervenção do Ministério Público poderá ocorrer por provocação da parte, por iniciativa do próprio órgão ministerial ou por iniciativa do juiz, de ofício, determinando sua intimação.
- d) Os membros do Ministério Público são agentes políticos e assim como os juízes somente respondem por responsabilidade, quando agem com dolo ou fraude no exercício de sua função. Não estão sujeitos a responsabilidade quando agem com culpa.
- e) Enseja nulidade a falta de intimação do Ministério Público nas hipóteses de obrigatoriedade e não a ausência de efetiva manifestação deste no processo quando regularmente intimado.

39ª Questão: No pertinente à ação civil pública, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Na ação civil pública o juiz não pode conferir efeito suspensivo aos recursos para evitar dano irreparável à parte, já que tal providência somente poderá ser deferida pelo tribunal competente.
- b) Reparado o dano ambiental e não havendo base para a propositura de ação civil pública, o inquérito civil deve ser arquivado, sem prejuízo de eventuais providências penais.
- c) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil pública e indicando-lhe os elementos de convicção.
- d) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil pública, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- e) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.

40ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) A pena de reclusão, inferior a 4 (quatro) anos, pode ser aplicada, cumulativamente, com uma restritiva de direitos.

- b) Em face da retroatividade da norma penal mais benigna, pode o juiz da condenação, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, aplicar a Lei das Penas Alternativas ao apenado que cumpre pena por delito praticado anteriormente à sua vigência.
- c) A pena restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade, que substitui a reclusiva, aplicada em 3 (três) anos de reclusão, pode, se preferir o beneficiado, trabalhando mais horas diárias, ser cumprida em 1 (um) ano.
- d) A pena de detenção não pode ser cumprida em regime fechado.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

41ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) A pena corporal, de 6 (seis) meses de detenção, aplicada ao usuário, pelo crime de uso de entorpecentes, condenado, também pelo mesmo crime, em 20 (vinte) dias-multa, não pode ser substituída por outra pecuniária.
- b) O crime de uso de entorpecente não admite a progressão de regime por ser considerado hediondo.
- c) A pena de reclusão, por qualquer atividade delituosa, inferior a 4 (quatro) anos, sendo o réu primário e de bons antecedentes, impede ao juiz estabeleça o seu cumprimento, desde o início, em regime fechado.
- d) Cominadas penas alternativas à sanção do crime praticado, o juiz deve escolher, entre elas, a que seja mais compatível com a maior ou menor gravidade do delito.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

42ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) O reconhecimento, na sentença, pelo juiz, da prescrição da pretensão punitiva, impede ao acusado, por ausência de interesse, a interposição de recurso que objetiva a absolvição.
- b) Os crimes de racismo e de tortura são imprescritíveis.
- c) A prescrição retroativa pode ser reconhecida pelo juiz na sentença condenatória.
- d) A publicação da sentença, certificada, nos autos, interrompe o curso da prescrição.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

43ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) Na prescrição retroativa, o prazo prescricional é acrescido de 1/3 (um terço), se o condenado é reincidente.

- b) A sentença condenatória de 1º grau, reformada pelo Tribunal, com a absolvição do acusado, conserva o efeito interruptivo da prescrição.
- c) A prescrição intercorrente pode ter por termo inicial a data da consumação do delito.
- d) A sentença de pronúncia suspende a prescrição.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

44ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) No crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, a reparação do dano, depois de iniciada a ação penal e antes da sentença de 1º grau, extingue a punibilidade, se os ferimentos não forem graves.
- b) Comete crime de omissão de socorro, definido no art. 304, do Código de Trânsito Brasileiro, o terceiro, motorista ou pedestre, que não tendo se envolvido no acidente, deixa de prestar socorro à vítima, quando era a única pessoa no local em condições de fazê-lo.
- c) Pratica o delito de fuga, definido no art. 305, do Código de Trânsito Brasileiro, o motorista, envolvido, sem culpa, no acidente, que podendo prestar socorro à vítima, afasta-se do local, solicitando-o à autoridade pública.
- d) Só comete o delito de embriaguez ao volante, enquadrado no art. 306, do Código de Trânsito Brasileiro, o motorista que dirigindo embriagado em via pública expõe a risco determinada pessoa.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

45ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) A ausência de subtração de bens da vítima, ainda que tenha ocorrido o homicídio, impede o reconhecimento do delito de latrocínio.
- b) No julgamento, pelo Tribunal do Júri, argüida a tese da legítima defesa, tendo os jurados respondido, negativamente, aos quesitos referentes ao uso dos meios necessários e sua respectiva moderação, só por iniciativa da parte pode lhes ser submetido o excesso culposos.
- c) No crime de injúria, sendo o ofendido, funcionário público, ao ofensor é permitido opor-lhe a exceção da verdade, se a ofensa é irrogada em face da sua condição funcional.
- d) Para a caracterização do delito de difamação, é indiferente que a imputação seja falsa ou verdadeira.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

46ª Questão: Considerando que em matéria de recursos vige o princípio do *tantum devolutum quantum appellatum*, assinale a resposta **correta**:

- a) Em recurso de apelação do Ministério Público que objetiva a aplicação de pena mais grave, pode o Tribunal por sua Câmara Criminal, absolver o réu, mantendo a condenação do co-réu não apelante?
- b) Pode o Tribunal conhecer de recurso de apelação interposto ao réu, a quem o Juiz na sentença negou os benefícios do artigo 594, do C. P. Penal?
- c) Em caso de condenação, o Defensor Dativo nomeado para o réu que não tem condições econômicas de arcar com as despesas de defesa, esta obrigado a interpor recurso de apelação?
- d) Dentro do princípio da retratação, pode o Ministério Público desistir do recurso de apelação interposto?
- e) Em recurso de decisão de crime da competência do Tribunal do Júri, anulada pela 2ª instância (art. 593, III, “d”, CPP), pode o Corpo de Jurados, em novo julgamento, proferir decisão mais gravosa ao réu?

47ª Questão: Policiais “de campana” em frente a casa de conhecido traficante, flagram usuário que recém havia adquirido duas petecas de cocaína. Convencendo o adquirente, este retorna para nova aquisição, acompanhado de um dos policiais, quando é anunciada a prisão em flagrante do traficante. Qual tipo de prisão em flagrante poderíamos enquadrar o traficante?

- a) Flagrante próprio
- b) Flagrante esperado
- c) Flagrante compulsório
- d) Flagrante impróprio
- e) Flagrante forjado

48ª Questão: O Mandado de Segurança é ação de natureza civil, de rito sumaríssimo e fundamento constitucional, destinada a proteger direito líquido e certo do cidadão. Assinale a possibilidade correta de uso do *writ* na ação penal.

- a) Para obstar o processamento de correição parcial, quando admitida pelo Juiz corrigido.
- b) Para devolução de bem móvel apreendido por força de inadimplência de contrato de financiamento por agente particular.
- c) Contra decisão do Magistrado sentenciante que negou o direito à progressão de regime de réu condenado com decisão transitada em julgado.

- d) Contra decisão de Magistrado que em ação penal pública inadmitiu o Assistente de Acusação.
- e) Para atribuir efeito suspensivo a recurso de embargos de declaração interposto de decisão que anulou julgamento do Tribunal do Júri, por decisão manifestamente contrária a prova dos autos.

49ª Questão: Os crimes contra a honra, via de regra, são de ação penal privada, admitindo a exceção da verdade, nos casos de:

- a) Crime de calúnia praticada contra o Presidente da República.
- b) Nos crimes de difamação contra colunista, editor chefe de jornal de grande circulação, atribuindo conduta desonrosa por um relacionamento extra conjugal.
- c) Crime de calúnia contra cidadão comum, praticado pela imprensa, quando o ofendido assim o permitir.
- d) A ofensa imputada for de ação penal pública, e o autor do fato imputado tenha sido absolvido por sentença irrecorrível.
- e) Crime de injúria cometido por Vereador, devendo a *exceptio veritatis* ser julgada pelo Tribunal de Justiça Estadual, por força de foro privilegiado previsto no Decreto-Lei 201/67.

50ª Questão: Nos julgamentos pelo Tribunal do Júri, uma vez instalada a sessão e iniciados os debates, é permitido ao advogado de defesa, ou à acusação pública:

- a) que procedam a inquirição ou a indagações às testemunhas de plenário, somente com a intermediação do Juiz, em obediência ao sistema presidencialista de inquirição no processo penal.
- b) requererem e terem deferida a dispensa de testemunha que seria inquirida em plenário, independente da manifestação de interesse de ouvida da mesma, por qualquer jurado.
- c) requererem e terem deferido pedido de suspensão da sessão de julgamento e dissolução do Conselho de Sentença, pela ausência de testemunha de defesa residente fora da comarca.
- d) na sessão de julgamento do tribunal do Júri, o advogado de defesa atestar fatos como testemunha pessoal do caso, mesmo que venha a causar surpresa à acusação.
- e) proceder ao aditamento do libelo crime acusatório, de crime de homicídio tentado, se após a pronúncia, a vítima vem a óbito em decorrência dos ferimentos recebidos.

51ª Questão: Nos termos do artigo 268, do Código de Processo Penal, é admissível a intervenção do ofendido como Assistente do Ministério Público.

- a) Poder Público, nos casos de crimes de peculato, pode habilitar-se como Assistente de Acusação, na defesa de seus direitos.
- b) Nos crimes de ação pública é admissível a intervenção do Assistente de Acusação no pedido de *Habeas Corpus* em favor do denunciado.
- c) Assistente de Acusação pode intervir, como auxiliar da acusação, nos processos de competência do Tribunal do Júri até o momento de sorteio dos Jurados.
- d) É inadmissível nos crimes de competência do Tribunal do Júri, recurso de sentença de absolvição sumária interposto pelo Assistente de Acusação.
- e) Admite-se recurso de decisão desclassificatória de crime de competência do Tribunal do Júri para crime de competência de Juiz singular, ante a inércia recursal do Ministério Público.

52ª Questão: Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:

- a) condenada gestante ou condenado maior de 70 (setenta) anos.
- b) condenado acometido de doença grave ou condenada gestante ou condenada com filho menor ou deficiente físico mental.
- c) condenado maior de 70 (setenta) anos ou acometido de doença grave ou condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental.
- d) condenado maior de 70 (setenta) anos ou acometido de doença grave ou congênita, gestante ou condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental.
- e) nenhuma das alternativas acima está correta.

53ª Questão: Quando, no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, o juiz, poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança:

- a) a requerimento do Ministério Público.
- b) de ofício ou a requerimento do Ministério Público.
- c) a requerimento do Ministério Público ou da autoridade administrativa.
- d) de ofício ou requerimento do Ministério Público ou da autoridade administrativa.
- e) nenhuma das alternativas acima está correta.

54ª Questão: Contra despacho judicial denegatório de mudança de regime prisional, qual(is) recurso(s) cabível(veis):

- a) Recurso em sentido estrito.
- b) Recurso em sentido estrito ou Agravo.

- c) Agravo, sem efeito suspensivo.
- d) Agravo com efeito suspensivo.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

55ª Questão: À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **INCORRETA** no que tange a atuação dos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde das gestantes:

- a) são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais ou coletivos, pelo prazo de 5 (cinco) anos.
- b) são obrigados a identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pelas autoridades competentes.
- c) são obrigados a proceder a exame visando o diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.
- d) são obrigados a fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
- e) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

56ª Questão: No que se refere à guarda da criança ou adolescente à luz do respectivo Estatuto, é **correto** afirmar:

- a) não obriga à prestação de assistência material e assistencial à criança ou adolescente.
- b) na adoção por estrangeiros pode ser deferida liminarmente nos procedimentos de tutela ou adoção.
- c) pode ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.
- d) não confere àquele que a detém o direito de se opor aos pais da criança ou adolescente.
- e) nenhuma das alternativas acima está correta.

57ª Questão: Assinale a alternativa que contém a afirmação **correta** em face do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) excluídas as atividades perigosas, insalubres e perniciosas ao seu desenvolvimento moral, ao adolescente é permitido trabalho noturno desde que realizado entre 22:00 horas de um dia e às 6:00 hora do dia seguinte.

- b) as crianças menores de 10 (dez) anos de idade poderão ingressar em locais de apresentação ou exibição desacompanhadas dos pais, desde que não haja prejuízo à sua formação moral.
- c) nas infrações graves, como as cometidas com violência à pessoa, o adolescente sujeita-se a reclusão que não poderá exceder 3 (três) anos.
- d) o adolescente privado de liberdade somente poderá peticionar às autoridades através de seu advogado ou curador especial.
- e) a adoção atribuída ao adotado os mesmos direitos sucessórios dos demais filhos.

58ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**.

Dentre as competências do Presidente do Tribunal de Justiça (Ato Regimental n.º 02/89) no exercício do seu mandato, ele pode:

- a) dar licença a Juiz de Direito.
- b) expedir, em seu nome ordens que não dependerem de acórdão ou da competência privativa dos relatores.
- c) interferir na relatoria dos magistrados, determinando inclusão ou exclusão de processos em pauta.
- d) tomar parte na eleição de magistrados, em listas, ou de juristas, para compor os quadros do Tribunal Regional Eleitoral.
- e) nenhuma das alternativas acima está correta.

59ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

O conhecimento, pelo juiz de plantão, de medidas cautelares urgentes, não dependerá do adiantamento das custas judiciárias, quando:

- a) houver dispensa pelo Ministério Público.
- b) quando o juiz assim o entender mandando recolhê-las em 48 horas.
- c) a parte intentar agravo inominado.
- d) o postulante requerer em causa própria.
- e) nenhuma das alternativas acima está correta.

60ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

A Câmara Civil Especial instituída pelo Ato Regimental n.º 40/2000, dispõe de competência para:

- a) apreciar a admissibilidade de efeito suspensivo em medidas cautelares.
- b) apreciar a admissibilidade e pedido liminar em tutela antecipada.

- c) apreciar a admissibilidade e os pedidos de efeito suspensivo em agravos de instrumento.
- d) apreciar mérito de recurso, pondo fim ao processo.
- e) nenhuma das alternativas acima está correta.

GABARITO

01.E	02.C	03.B	04.C	05.B	06.D	07.E	08.A	09.B	10.A
11.E	12.D	13.D	14.A	15.E	16.C	17.B	18.A	19.B	20.A
21.A	22.C	23.B	24.A	25.B	26.D	27.A	28.X	29.C	30.E
31.C	32.C	33.B	34.D	35.D	36.E	37.C	38.B	39.A	40.E
41.A	42.A	43.B	44.E	45.D	46.E	47.B	48.D	49.C	50.E
51.E	52.D	53.D	54.C	55.A	56.C	57.E	58.C	59.B	60.C

X – Questão anulada